

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE ARTES E TURISMO – ESAT
CURSO DE TURISMO**

ADRIANE FRANCELLE DA SILVA MARTINS

**O TURISMO E O LAZER COMO INSTRUMENTO DE CONSERVAÇÃO
AMBIENTAL NA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO TUPÉ – RESERVA DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ (MANAUS – AM)**

MANAUS

2019

ADRIANE FRANCELLE DA SILVA MARTINS

**O TURISMO E O LAZER COMO INSTRUMENTO DE CONSERVAÇÃO
AMBIENTAL NA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO TUPÉ – RESERVA DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ (MANAUS – AM)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de título de Bacharel em Turismo no Curso de Turismo da Escola Superior de Artes e Turismo (ESAT), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

Orientador: Profa. Dra. Susy Rodrigues Simonetti.

MANAUS – AM

2019

ADRIANE FRANCELLE DA SILVA MARTINS

**O TURISMO E O LAZER COMO INSTRUMENTO DE CONSERVAÇÃO
AMBIENTAL NA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO TUPÉ – RESERVA DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ (MANAUS – AM)**

NOTA:_____.

BANCA EXAMINADORA:

Susy Rodrigues Simonetti, Dra
(Universidade do Estado do Amazonas – UEA)

Karla Cristina Ribeiro Maia
(Universidade do Estado do Amazonas – UEA)

Marco Antônio Vaz de Lima
(Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMMAS)

FICHA CATALOGRÁFICA

Martins, Adriane Francelle da Silva

O turismo e o lazer como instrumento de conservação ambiental na comunidade São João do Tupé - RDS do tupé (Manaus – AM) / Adriane Francelle da Silva Martins. – 2019.

55 p.

Orientadora: Susy Rodrigues Simonetti.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade do Estado do Amazonas, Escola Superior de Artes e Turismo, Bacharel em Turismo, 2019.

1. Áreas naturais protegidas. 2. Turismo. 3. Lazer. 4. Uso público. 5. Percepção ambiental. I. Simonetti, Susy Rodrigues, orient. O turismo e o lazer como instrumento de conservação ambiental na comunidade São João do Tupé – RDS do Tupé (Manaus – AM)

AGRADECIMENTOS

Sou grata, primeiramente a Deus, que me confortou nessa caminhada, me deu forças para continuar e coragem para superar todos os desafios. Gostaria de agradecer e dedicar também esse trabalho de conclusão de curso às pessoas que me ajudaram e apoiaram todos os dias.

Ao meu pai, Josimar Barbosa Martins, e minha mãe, Francisca das Chagas Siqueira da Silva, que acreditaram em mim quando eu mesma não acreditava. Obrigada por me mostrarem que persistir é o melhor caminho, vocês são a luz da minha vida.

Meus sinceros agradecimentos também vão ao meu companheiro Eudes Simões de Oliveira Júnior que esteve ao meu lado nessa jornada me incentivando a melhorar cada dia mais.

Às minhas amigas Tamires Simões e Gabriela Freitas, agradeço por estarem ao meu lado desde o início da faculdade e me fazerem acreditar que com muita paciência e dedicação vamos bem longe.

Demonstro aqui toda gratidão à minha orientadora, professora Susy Rodrigues Simonetti, que me direcionou pelos melhores caminhos, bem como enriqueceu minha experiência na academia durante esses 4 anos. Obrigada pela inspiração.

Finalmente, agradeço aos comunitários que me receberam de braços abertos e me auxiliaram significativamente na realização da pesquisa, todos foram essenciais para se chegar até aqui.

Só se pode alcançar um grande
êxito quando nos mantermos fiéis
a nós mesmos.

- Friedrich Nietzsche.

RESUMO

As Unidades de Conservação (UCs) são áreas protegidas que têm como objetivo conservar os recursos socioambientais e a biodiversidade contidos nos seus limites territoriais. Neste estudo, o *locus* da pesquisa é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Tupé, uma UC localizada na área rural do município de Manaus, que possui 06 comunidades. O estudo foi realizado na comunidade São João do Tupé, e segundo seu Plano de Gestão possui políticas estabelecidas para o uso público. Embora o turismo seja uma prática permitida e incentivada em determinadas áreas protegidas, a sua ocorrência precisa ser planejada e monitorada corretamente, para que os resultados gerados sejam benéficos ao ambiente e às populações envolvidas. Dessa forma, contando com a participação dos moradores da comunidade como sujeitos da pesquisa, objetivou-se caracterizar as atividades de turismo e lazer da comunidade São João do Tupé por meio da percepção dos comunitários. Em suas especificidades, para se alcançar o objetivo geral, buscou-se identificar os atrativos na comunidade a partir da visão dos comunitários; diagnosticar o pensamento da comunidade sobre os desafios e as perspectivas do turismo e do lazer; e evidenciar os benefícios de um turismo sustentável para a comunidade a partir da literatura. Para se chegar aos resultados esperados na pesquisa, foram necessários métodos e técnicas eficazes que envolvessem os diversos aspectos dos fenômenos e objetos. Assim, a pesquisa de caráter exploratório-descritivo utilizou-se da abordagem qualitativa, e contou com a realização de trabalho de campo, conversas informais, entrevistas semiestruturadas e observações feitas durante as visitas na comunidade São João do Tupé, a partir de uma abordagem dialética. O trabalho evidenciou as potencialidades da comunidade, tais como a paisagem natural, a cultura e o modo de vida dos comunitários, de modo a fomentar o turismo e o lazer em parceria com os comunitários e seus recursos naturais e culturais, além de despertar nos residentes o sentimento de pertencimento e revelando a importância da conservação da UC.

Palavras-chave: áreas protegidas; uso público; percepção ambiental; RDS Tupé.

ABSTRACT

The Conservation Units (CUs) are protected areas that conserve socio-environmental resources and biodiversity within their territorial boundaries. In this study, the research site is a Tupé Sustainable Development Reserve (RDS), a CU located in the rural area of the municipality of Manaus, which has 06 communities. The study was conducted in the São João do Tupé community, and according to your Management Plan has the detailed conditions for public use. Although tourism is a permitted practice and encouraged in certain protected areas, its action needs to be planned and monitored correctly, so that the results generated are beneficial to the environment and the communities involved. Thus, counting on the participation of community residents as research subjects, the objective was to characterize the tourism and leisure activities of the São João do Tupé community through the perception of the community. In its specificities, in order to research the general objective, we sought to identify the attractions in the community from the viewpoint of the community; diagnose community thinking about the challenges and perspectives of tourism and leisure; and highlight the benefits of sustainable tourism for the community from the literature. To obtain the results expected in the research, methods and alternatives that involve the comprehensiveness of documents and objects are necessary. Thus, the exploratory-descriptive research used the qualitative approach, and included fieldwork, informal conversations, semi-structured interviews and observations made during visits to the São João do Tupé community, from a dialectical approach. The work highlighted the potentialities of the community, such as the natural landscape, culture and way of life of the community, in order to promote tourism and leisure in partnership with the community and their natural and cultural resources, as well as awakening in residents. the feeling of belonging and revealing the importance of conservation of UC.

Keywords: protected areas; Public use; environmental perception; SDR Tupé.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Limites e localização das comunidades existentes na RDS do Tupé e seu entorno.	29
Figura 2. Comunidade São João do Tupé.....	33
Figura 3. Marina do Davi	34
Figura 4. Escola Municipal	35
Figura 5. Posto de Saúde.....	35
Figura 6. Academia ao ar livre.....	36
Figura 7. Área para reuniões.....	36
Figura 8. Restaurante e Pousada.....	37
Figura 9. Praia do Tupé.....	38
Figura 10. Barracas reformadas pela SEMMAS.....	38
Figura 11. Artesanato.....	39
Figura 12. Trilha da Comunidade São João do Tupé.....	40
Figura 13. Chapéu de palha.....	42

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

OMT – Organização Mundial do Turismo.

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

SEMMAS – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

UCs – Unidades de Conservação.

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza.

UNA – Unidade Ambiental.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	14
TURISMO, LAZER E AREAS NATURAIS	14
1.1 BREVES DISCUSSÕES SOBRE TURISMO E LAZER	14
1.2 TURISMO E LAZER EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS.....	16
1.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL	25
CAPÍTULO 2	28
MATERIAIS E MÉTODOS	28
2.1 LOCUS DA PESQUISA	28
2.2 TÉCNICAS, INSTRUMENTOS E MÉTODOS.....	30
2.2.1 Método de investigação.....	30
2.2.2 Procedimentos técnicos para a coleta de dados.	31
CAPÍTULO 3	33
RESULTADOS E DISCUSSÕES	33
3.1 A COMUNIDADE SÃO JOÃO DO TUPÉ	33
3.2 ATRATIVOS TURÍSTICOS IDENTIFICADOS A PARTIR DA VISÃO DOS COMUNITÁRIOS	38
3.3 PENSAMENTO DA COMUNIDADE SOBRE OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS DO TURISMO E DO LAZER	41
3.4 MATRIZ SWOT: perspectivas e desafios.....	45
3.5 BENEFÍCIOS DE UM TURISMO SUSTENTÁVEL PARA A COMUNIDADE.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	50
ANEXOS	53

INTRODUÇÃO

O segmento turístico vem crescendo extraordinariamente nos últimos anos e logo chamou a atenção de pesquisadores e estudiosos por todo o mundo. Ele está se tornando uma das principais atividades econômicas de diversas localidades, gerando renda e desenvolvimento onde é praticado de forma organizada e planejada.

O turismo se expandiu e desencadeou grandes impactos que podem ser causados mediante sua prática. O mesmo utiliza-se principalmente dos recursos naturais e culturais para que seja realizado e diante disso, foram estudados e desenvolvidos segmentos na atividade que minimizam os impactos negativos e potencializam os positivos.

Uma prática bastante apreciada pela sociedade é o turismo e o lazer em áreas naturais. Frequentemente essa visitação ocorre em áreas naturais protegidas, que primam por ambientes que resguardem a diversidade biológica bem como as populações tradicionais.

Sendo assim, com o avanço da legislação ambiental e com intuito de promover o desenvolvimento sustentável nas áreas naturais, cujo foco são os fatores social, econômico e ambiental trabalhando em conjunto, foram criadas as áreas naturais protegidas que agregam às paisagens ou locais particularmente dotados por recursos ligados à natureza, à cultura e às populações tradicionais, o uso público. Esses espaços ambientais passaram a ser utilizados por frequentadores oriundos de práticas sociais denominadas turísticas ou de lazer.

O termo Unidade de Conservação, para denominar áreas naturais protegidas, foi utilizado pela primeira vez em 1986, com a Resolução nº 10/86, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA – que determinou a criação de uma Comissão para elaborar um anteprojeto de lei dispendo sobre unidades de conservação.

As Unidades de Conservação (UCs) são áreas protegidas que tem como objetivo conservar os recursos ambientais e toda a biodiversidade contidos nos seus limites territoriais. Neste estudo, o *locus* da pesquisa é a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, uma UC que possui 06 comunidades, sendo elas: Tatu, Livramento, Julião, Agrovila, Central e São João do Tupé.

Como está sendo trabalhado um ambiente altamente atrelado às questões ambientais, que são as Unidades de Conservação, o termo percepção ambiental é utilizado constantemente. A percepção do ambiente desperta um comportamento

ecológico que acaba se tornando uma ferramenta em prol da conservação dos recursos.

Essa concepção foi adquirida por meio da relação entre o meio e o homem, o que despertou o sentimento de pertencimento ao seu ambiente e o interesse em cuidar da área pela qual criou-se afeto.

Sendo assim, a produção de conhecimento em áreas protegidas, especialmente nas UCs, é importantíssima por estimular o turismo e o lazer conscientes e a proteção da área. As atividades de turismo e lazer devem melhorar as condições de vida da comunidade por meio de práticas sustentáveis que envolvam o turismo e a cultura local, revelando o cotidiano dos residentes e serviços que gerem recursos financeiros na comunidade.

Esse estudo, que caracteriza as atividades de turismo e lazer da comunidade São João do Tupé por meio da percepção dos comunitários, mostra-se como uma ferramenta para se compreender como os moradores se organizam para o turismo e um fórum para debater os desafios e as perspectivas da atividade. Levando-se em consideração que os estudos sobre essa temática ainda são escassos, especialmente em São João do Tupé, esta pesquisa que se delineia em torno dessas questões, poderá suprir essa lacuna.

Este estudo é baseado no seguinte problema de pesquisa: como os comunitários do São João do Tupé percebem a atividade turística? Como objetivo geral pretende-se caracterizar as atividades de turismo e lazer da comunidade São João do Tupé por meio da percepção dos comunitários. Os objetivos específicos consistem em: identificar os atrativos na comunidade a partir da visão dos comunitários; diagnosticar o pensamento da comunidade sobre os desafios e as perspectivas do turismo e do lazer; e evidenciar os benefícios de um turismo sustentável para a comunidade a partir da literatura.

Os procedimentos metodológicos utilizados envolveram pesquisa de caráter exploratório por meio de uma trajetória de investigação. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica sobre o turismo, lazer, áreas naturais protegidas, desenvolvimento sustentável e percepção ambiental, além do levantamento de campo na comunidade São João do Tupé, com o objetivo de recolher dados a respeito da oferta turística e identificar a potencialidade da comunidade e entender como os comunitários se sentem inseridos no meio. Contou-se com uma abordagem qualitativa e dialética que possibilitou a realização de observações, entrevistas não estruturadas na modalidade não dirigida, a percepção e registros fotográficos para a análise dos dados.

O trabalho foi dividido em três capítulos. No capítulo 1 apresenta-se a fundamentação teórica ao longo de três tópicos, sendo eles: breves discussões sobre turismo e lazer; turismo e lazer em áreas naturais protegidas; e percepção ambiental. Para sustentar as discussões teóricas, foram utilizados autores como Beni (2000); Costa (2002); Dumazedier (1973); Simonetti e Nascimento (2013), entre muitos outros.

No capítulo 2 apresentam-se os materiais e métodos utilizados na realização da pesquisa, contém também uma breve apresentação da comunidade *locus*, e as técnicas instrumentos e métodos para a coleta e análise de dados, que possibilitaram alcançar os objetivos almejados com o trabalho.

No capítulo 3 são expostos ao longo de cinco tópicos os resultados obtidos com a pesquisa e as discussões acerca do que foi analisado, sendo elas: a comunidade São João do Tupé; atrativos turísticos identificados a partir da visão dos comunitários; pensamento da comunidade sobre os desafios e as perspectivas do turismo e do lazer; matriz SWOT – perspectivas e desafios e; benefícios de um turismo sustentável para a comunidade. Encerra-se o trabalho apresentando as considerações finais.

CAPÍTULO 1

TURISMO, LAZER E AREAS NATURAIS

Para compreender a importância da preservação e/ou conservação dos bens que nos rodeiam é necessário conhecê-los, e dessa forma busca-se uma base teórica que esclareça definições e princípios com os quais trabalhamos relacionando-o com turismo, lazer e as áreas naturais.

Este capítulo aborda assuntos relacionados ao turismo e as atividades de lazer realizadas em áreas naturais, e como a percepção ambiental está ligada a esses temas.

1.1 BREVES DISCUSSÕES SOBRE TURISMO E LAZER

Quando o assunto é turismo, as primeiras observações estão relacionadas ao lazer, passeios, pessoas que se deslocam do seu lugar de origem para um destino onde possam desfrutar de diversão, conhecer diferentes culturas e as belezas naturais existentes. A prática da atividade turística acontece há muito tempo e as definições que envolvem o termo ganharam força e seus conceitos foram melhor trabalhados e expandidos nos dias atuais.

De acordo com Beni (2000, p. 36) o turismo “é a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência não-residente, na medida em que não leva a residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória.”

As discussões acerca da definição de turismo são diversas, pois o mesmo apresenta várias perspectivas e disciplinas a ele relacionadas. Sendo assim, para este estudo, existe uma definição que agrega e concretiza as características mais importantes e marcantes do turismo. A Organização Mundial do Turismo – OMT (2001, p. 38) define que:

Turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras.

A definição que a OMT utiliza faz referência às viagens, enfatiza que para se fazer turismo deve-se estar longe da moradia habitual, bem como o tempo que o visitante deverá permanecer no destino para se considerar turismo. Ainda de acordo com a OMT (2001, p. 37), os professores Hunziker e Krapf em 1942 definiam o turismo como “a soma de fenômenos e relações que surgem das viagens e das estâncias dos não residentes, desde que não estejam ligados a uma residência permanente nem a uma atividade remunerada.”

Nota-se, a partir das definições citadas, que mesmo com o passar dos anos, os conceitos acerca do turismo foram aprimorados, mas não perderam a essência.

As atividades realizadas por meio do turismo, proporcionam diversão e lazer, pois é uma prática marcada pela necessidade de tempo livre para ser realizada. Nesse sentido, é interessante ressaltar os conceitos de lazer, já que é um termo presente nas definições que a OMT faz sobre o turismo.

Dumazedier (1973, p. 34) explica que

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Ainda considerando a perspectiva de Dumazedier, resume-se que o lazer está voltado para a diversão, desejo de se desligar das obrigações do dia a dia. Nesse viés, é correto afirmar que todos os cidadãos têm direito de praticar o lazer, sendo este um direito social.

Para Marcellino (1995, p. 31), o importante como traço definidor do lazer é:

[...] o caráter desinteressado da vivência. Não se busca, pelo menos fundamentalmente outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa possibilidade de opção pela atividade contemplativa.

O lazer pode ser pensado em um contexto social, e ao vivenciar o lazer, podemos ter despesas com transporte, alimentação e compra de ingressos, entre outros. (SOUZA, 2010, p. 5).

Diante disso, torna-se fundamental entendermos que o lazer é um direito social, presente na Constituição Federal Brasileira de 1988, que, em seu cap. II, artigo 6º afirma “são direitos sociais a educação, a saúde, o *lazer*, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição.”

Dessa forma, podemos afirmar que “as atividades de lazer devem ser notadas como algo bom, precioso, pois reúne diversas atividades fundamentais para ter uma vida de qualidade, tais como o turismo, entretenimento, recreação e a convivência familiar.” (LOHMAN e PANOSSO NETTO, 2008, p. 75), isto é, o lazer pode acontecer a partir do desenvolvimento de várias atividades, dentre elas está o turismo, por esse motivo lazer e turismo mantém uma relação estreita, ainda que seus conceitos sejam diferentes.

1.2 TURISMO E LAZER EM ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS

Tudo o que está ao nosso redor, as pessoas, o ambiente modificado ou o natural, é considerado ambiente. Todas as suas partes e fatores estão relacionadas de forma a dependerem uma da outra, gerando a necessidade de preservar os recursos existentes no meio.

“O ambiente integra tanto a natureza original e artificial, quanto o solo, a água, o ar, a flora, o patrimônio histórico, paisagístico e turístico, ou seja, o meio físico, biológico, químico”, afirmam Dias e Marques (2011, p. 2). Manter uma relação equilibrada entre os elementos naturais e artificiais, a cultura, o turismo e a história é essencial para o bom funcionamento do meio.

Para Carvalho, Cavalcante e Nóbrega (2011, p 28),

O ambiente é um conceito multidimensional, compreendendo o meio físico concreto em que se vive, natural ou construído, o qual é indissociável das condições sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas daquele contexto específico.

Em razão de cada um dos fatores do ambiente serem indissociáveis, qualquer tipo de alteração realizada que modifique o meio, acarreta mudanças e impactos, muitas vezes irreversíveis.

Apesar de serem discutidos diferentes aspectos a respeito da definição de “ambiente”, esse termo desperta nas pessoas, intrinsecamente, a ideia de natureza, algo natural, conseqüentemente remetendo à necessidade de preservar ou cuidar de algo que foi posto ou está em risco.

Os bens contidos em áreas naturais possuem sua singularidade e tornam-se uma espécie de produto para o turismo, que se baseia na utilização desses recursos para sua prática, conseqüentemente atraindo turistas de diversas localidades.

A compreensão do meio é adquirida através de estudos e conhecimento de determinada área. Tem-se como exemplo as Unidades de Conservação, que são áreas protegidas que abrigam uma diversidade de patrimônios, tanto naturais devido ao meio físico e biológico, quanto culturais, que existem por meio da vivência de comunitários que conhecem e usufruem dos recursos de forma a não prejudicar a biodiversidade e adequam seu estilo de vida às políticas que as UCs possuem.

É evidente que a realização do turismo gera desenvolvimento econômico para diversas localidades. Essa crescente propagação da atividade turística pelo mundo levanta questões sobre os impactos que a prática pode acarretar no entorno, pois a mesma utiliza dos recursos naturais existentes no meio como produto da atividade turística.

“O território brasileiro é enorme, é quase todo tropical, é povoado por uma imensa variedade de seres vivos, espalhada por vários biomas e ecossistemas, ou seja, é megadiverso.” (DRUMMOND; FRANCO e OLIVEIRA, 2010, p. 1)

O reconhecimento da existência desses recursos impulsiona a exploração dos mesmos gerando episódios de degradação e alteração da biota, dando lugar a várias atividades produtivas. Perante situações como a descrita, a criação de Unidades de Conservação tornou-se uma estratégia para conter os impactos causados pela utilização inapropriada do território e dos recursos naturais. (DRUMMOND, FRANCO e OLIVEIRA, 2010)

O conceito de áreas naturais protegidas vem sendo trabalhado antes mesmo de surgir a definição de unidades de conservação (UC), tais áreas abrigam a biodiversidade local, além de preservar as belezas naturais de determinada área. É interessante entender como surgiu esse conceito em um contexto mundial. Segundo Viana (2008, p. 132),

O marco referencial da política de criação de áreas naturais no mundo foi a criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos da América, em 1872. Utilizou-se a expressão 'Parque Nacional' pelo entendimento de que se tratava de uma área sob proteção para lazer da população, como uma definição territorial precisa, sob administração do governo nacional.

O congresso americano, de acordo com Costa (2002), editou uma lei para instituição de parques nacionais, que foi firmada pelo presidente Grant. Diante das atitudes tomadas com *Yellowstone National Park*, muitos outros países começaram a adotar suas políticas para a criação de áreas protegidas com a finalidade de preservar

as belezas naturais dos seus parques e disponibilizar ambientes para a prática do lazer.

Em âmbito nacional, a preservação de áreas naturais vem acontecendo desde a época do Brasil-Colônia. “Os hortos e os jardins botânicos, criados a partir da migração e instalação da família real portuguesa no País, foram áreas criadas com objetivos similares aos de algumas categorias que compõem o sistema brasileiro de UCs.” (COSTA, 2002, p. 18)

Em meados da década de 1930, as leis voltadas para a preservação do meio ambiente começaram a surgir, conseqüentemente o cuidado tornou-se assunto de grande notoriedade. A Constituição de 1937, artigo 134 trazia em seu texto que

os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometido serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

A evolução das leis voltadas ao meio ambiente e a preservação do mesmo, com o passar dos anos, fez com que novos decretos fossem criados. No final da década de 1970 a legislação ambiental brasileira foi enriquecida com o Decreto nº 89.017, de 21 de setembro de 1979 e em 1981, pela Lei nº 6.902, criando as Áreas de Proteção Ambiental e as Estações Ecológicas.

Com o decorrer dos anos, a relação entre as UCs com a sociedade em que estão inseridas foi sendo melhor abordada e vinculada aos projetos voltados para o desenvolvimento sustentável. É importante deixar claro que as unidades de conservação podem ser criadas em nível municipal, estadual e federal, por meio de lei e seu respectivo decreto, porém sua extinção é feita somente por meio de lei.

Leuzinger (2010, p. 2) explica que,

A expressão unidade de conservação foi utilizada, em um texto normativo, pela primeira vez, em 1986, com a Resolução nº 10/86, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA – que determinou a criação de uma Comissão para elaborar um anteprojeto de lei dispoendo sobre unidades de conservação.

A Resolução CONAMA nº 11/86, onze anos mais tarde, ainda conforme afirma Leuzinger (2002, p. 2) declarou como unidades de conservação os “sítios ecológicos de relevância cultural”.

Como afirmado acima, a expressão unidade de conservação não havia sido utilizada em textos normativos até a década de 1980, isso ocorreu somente com a Resolução CONAMA nº 10/86. Contudo, Leuzinger (2010, p. 2) esclarece que

Embora a expressão não houvesse sido mencionada, não significa dizer que não existia, o que fica comprovado com a elaboração, ainda em 1979, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), da primeira etapa do Plano de Sistema de Unidades de Conservação do Brasil.

A diferença entre conservação e preservação é essencial para que seja esclarecido o conceito de UCs. A conservação acontece quando são utilizados, de forma racional, os recursos naturais existentes em determinadas áreas, levando em consideração a relação entre a sociedade em que está inserida e o seu modelo econômico. A preservação visa proteger a natureza, sem a interferência humana, protegendo da melhor forma o patrimônio natural.

Dando enfoque para a categoria que engloba conceitos de conservação, é importante destacar que existe um sistema que organiza as Unidades de Conservação no Brasil, esse sistema é fundamental para que as áreas naturais tenham proteção real amparadas por lei. Após quase dez anos tramitando no Congresso Nacional, em 19 de julho de 2000 foi aprovado, com várias emendas e modificações, o primeiro Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (SIMONETTI e NASCIMENTO, 2012, p. 5)

O Ministério do Meio Ambiente afirma que,

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) é o conjunto de unidades de conservação federais, estaduais e municipais. É composto por 12 categorias de UC, cujos objetivos específicos se diferenciam quanto à forma de proteção e usos permitidos.

A manutenção e o uso sustentável dos recursos naturais são essenciais para que se possa produzir renda ou até mesmo uma atividade turística sem prejudicar as futuras gerações. É importante entender que uma Unidade de Conservação, antes de tudo, é uma área natural protegida por possuir características e recursos naturais importantes.

O SNUC, em seu artigo 2º, define Unidades de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob

regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

A conservação da diversidade biológica depende do uso sustentável dos diversos ambientes. Simonetti e Nascimento (2012, p. 5) afirmam que,

A criação de UCs, especificamente na Amazônia, tem se mostrado uma ferramenta indispensável para se alcançar esse objetivo, na medida em que contribui para a gestão ambiental do território protegendo os patrimônios natural e cultural. Outro benefício é a proteção de diversos bens e serviços ambientais.

O fato de as áreas naturais possuírem recursos tão ricos e singulares torna necessária a instituição de uma unidade de conservação, de forma a proteger os recursos existentes e estimular um desenvolvimento sustentável nesses espaços.

De acordo com Veiga (2005), citado por Oliveira e Blos (2012, p. 5),

o desenvolvimento pode ser compreendido por três pontos de vista: como sinônimo de crescimento econômico; como uma ilusão ou manipulação ideológica, através do mito de progresso; ou como 'caminho do meio', que não se restringe ao crescimento e/ou desenvolvimento econômico, mas ao envolvimento de diferentes dimensões relacionadas ao ser humano e suas ações.

O desenvolvimento acontece quando se entende e se relaciona o termo desenvolver a significados como crescer, melhorar e progredir. Já a ideia de sustentabilidade, de acordo com Jacobi (2003, p. 195),

implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites às possibilidades de crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo.

A sustentabilidade é um conceito baseado em dimensões diversas, tais como a cultura, a economia, a política, o ambiente e a sociedade, resultando em um processo de construção humana que relaciona tais dimensões.

Apresentados os termos “desenvolvimento” e “sustentabilidade” individualmente, torna-se mais fácil compreender o conceito de desenvolvimento sustentável, cujo mesmo aproxima duas vertentes vistas como independentes: natureza e a sociedade.

Kuhnen (2011, p. 177) afirma que

Apesar de indicar a utilização do meio ambiente e dos recursos naturais, pressupõe a estratégia do desenvolvimento sustentável, tendo seus alicerces nos princípios contidos nesse conceito: caráter limitado dos recursos naturais, a capacidade de suporte dos ecossistemas e o respeito às gerações futuras.

O conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo discutido por muito tempo, de acordo com a publicação “Nosso Futuro Comum” de autoria da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1987) mencionado por Costa (2002, p. 63) da seguinte forma: “não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras.”

De forma resumida e visando a dimensão ambiental, o desenvolvimento sustentável é constituído por uma sociedade cuja relação aponta para um ambiente onde haja boa convivência entre os seres vivos. Conforme Sachs (2004), citado por Oliveira e Blos (2012, p. 6)

o desenvolvimento sustentável é construído por uma sociedade a qual ele denomina como ‘boa sociedade’: aquela que maximiza as capacidades de cada ser humano procurar sua autorrealização e felicidade e ao mesmo tempo proporciona um ambiente de convivência entre os seres vivos.

Com o intuito de preservar, manejar, utilizar de modo sustentável os recursos naturais e maximizar a promoção do desenvolvimento sustentável, foram criadas áreas de proteção ambiental em nível municipal, estadual e nacional, como já explicado anteriormente.

Sendo assim, o SNUC divide as unidades de conservação que o integram em dois grupos, cada qual com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. A categoria aprofundada nessa pesquisa se encaixa na categoria das Unidades de Uso Sustentável, denominada de Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

O SNUC (Lei nº 9.985 de 18 de Julho de 2000, art. 20) estabelece que,

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração de recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da biodiversidade biológica.

Conforme Scudeller et al. (2005, p. XI), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDSs) “são áreas de proteção ambiental associadas ao conceito de uso sustentável dos recursos naturais. Estas áreas abrigam a população local que continua a usar os recursos naturais, no entanto, preservam e mantem a biodiversidade”.

Características como a existência de comunidades tradicionais, a utilização de recursos naturais e adaptações ecológicas locais são marcantes na definição de RDS.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO (2019) apresenta uma definição muito semelhante ao SNUC:

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, que vivem basicamente em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações adaptados às condições ecológicas locais. Esta categoria desempenha papel fundamental na proteção da natureza, bem como na manutenção da biodiversidade biológica.

Diante das definições apresentadas, abre-se uma discussão a respeito da visitação pública realizadas em áreas naturais protegidas, em que a mesma “é entendida como uma possibilidade de desenvolver o segmento turístico nas áreas protegidas e trata-se de uma estratégia que pode ser mais estimulada, objetivando potencializar os benefícios do turismo.” (SIMONETTI e NASCIMENTO, 2012, p. 179)

O turismo em áreas protegidas, se realizado com o devido planejamento, pode ser usado como uma estratégia para a minimização dos impactos causados no ambiente e pode ser compreendido como uma atividade que promove a educação e a interpretação ambiental ao visitante, na qual este vai conhecer e valorizar a importância dos recursos, sejam eles naturais ou culturais, desses locais. (NEVES, 2018, p. 7)

Portanto, é necessário seguir o documento técnico que apresenta as limitações e os aspectos da área protegida: o Plano de Manejo. Segundo Costa (2002, p. 40)

Esse documento é fruto de um intenso trabalho de pesquisa e abarca múltiplas áreas do conhecimento científico – geografia, botânica, história, direito, geologia, zoologia, engenharia, medicina, entre outras – aliadas ao saber das populações envolvidas diretamente com a UC estudada. Age como instrumento regulador que define e delimita o uso adequado em zonas específicas e cria normas para a utilização.

A não utilização desse instrumento técnico impacta de forma negativa o desenvolvimento do turismo. Além disso, desde que compatível com o Plano de

Manejo da área, podem ser realizadas pesquisas científicas com autorização do órgão responsável pela gestão da unidade e é necessário que haja equilíbrio entre o tamanho da população local e a conservação.

De acordo com o SNUC, art 20, §5 incisos I, II, III e IV, respectivamente,

É permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no plano de Manejo da área; é permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação na natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecidas e às normas previstas em regulamento; deve ser sempre considerado equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação e; é admitida a exploração dos componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

Leuzinger (2002, p. 15) afirma que o fato dos visitantes gerarem impactos, não significa que se deva proibir a visitação nas unidades de conservação, pois, para além dos impactos, ela oferece vantagens como: educação ambiental, lazer em contato com a natureza e geração de renda para a população do entorno.

A Lei Geral do Turismo (nº 11.771 de 17 de setembro de 2008), em seu art. 5º, inciso VIII, afirma que um dos seus objetivos é

propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, protegendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) em seu Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), citado por Costa (2002, p. 68) “apresenta a *Capacidade de Acolhida Turística*, definindo-a como o nível de exploração turista que uma área pode suportar assegurando máxima satisfação dos visitantes e mínima repercussão sobre os recursos”

Para monitorar e controlar a visitação e, conseqüentemente, os impactos gerados por ela, é interessante que haja a utilização de um planejamento ambiental baseado no manejo adequado dos recursos. “O planejamento ambiental requer a utilização de diversos instrumentos de manejo, como o estabelecimento de zonas, a criação de planos de ação e a constante avaliação das atividades ocorrentes em cada área.” (COSTA, 2002, p. 72)

Uma área, antes de receber visitantes, precisa de preparo em sua estrutura. É necessário que haja estruturas voltadas para o atendimento turísticos, assim, segundo Costa (2002), “algumas unidades suportam tais estruturas: cantina(s); loja(s); restaurante; área de acampamento; estrutura fixa de hospedagem (hotel, pousada).”

Obviamente, a instalação de estruturas como as citadas precisa ser adaptada aos critérios das unidades de conservação, as mesmas não podem degradar o meio ambiente e a comercialização de produtos devem ser controlados de forma a minimizar os impactos gerados na biodiversidade local.

Para Costa (2002, p. 65),

O uso turístico dos recursos naturais, dentro dos princípios expostos, deve enfatizar sob um prisma diferenciado o ser humano, separando em lados diversos a população e o turista. Essa ótica se faz necessária para que os diferentes aspectos, tanto de planejamento quanto de gestão – no caso das Unidades de Conservação – atendam adequadamente a proposta de desenvolvimento sustentável, em que todos saem lucrando: ambiente natural, população local e turista.

As principais ameaças nas UCs advindas das atividades de turismo e lazer, segundo Neves (2018, p. 51), “estão relacionadas ao desrespeito às leis ambientais, dificuldades de fiscalização, falta de ordenamento, especulação imobiliária, pesca predatória, alta concentração de resíduos sólidos nos rios e praias, entre outros.”

A noção de limites deve existir quando se fala em uso público em uma unidade de conservação, além de seguir as regras propostas para o bom funcionamento da mesma. Sem a imposição de limites, o desenvolvimento sustentável na comunidade se depara com inúmeros obstáculos.

O uso público aborda diretrizes para atitudes tomadas em relação a uma determinada área. Uma maneira de facilitar a compreensão sobre a importância de seguir tais diretrizes é despertar nos indivíduos o comportamento ecológico, que é acontece quando a pessoa percebe o meio e a importância que ele possui. Logo, a percepção ambiental influencia diretamente nas atitudes geradas por aqueles que vivem no espaço, oferecendo a opção de agir positiva ou negativamente.

1.3 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

A importância da pesquisa em percepção ambiental para o planejamento do ambiente foi ressaltada pela UNESCO em 1973. Fernandes et. al (2004, p. 2) explicam que,

Uma das dificuldades para a proteção dos ambientes naturais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da importância dos mesmos entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos socioeconômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes.

Portanto, o entendimento acerca da percepção ambiental é essencial para que se possa entender a interação do homem com o ambiente, compreender como ele se sente sabendo que faz parte do meio e conhecer as expectativas de cada pessoa. Primeiramente, explica-se o surgimento do termo percepção. Segundo Marin (2008, p. 206),

O termo percepção, derivado do latim *perceptio*, é definido na maioria dos dicionários como o ato ou efeito de perceber; combinação dos sentidos no reconhecimento de um objeto; faculdade de conhecer independentemente dos sentidos; ideia, imagem sensação, intuição.

A percepção é adquirida por meio das interações que acontecem entre determinados fatores e a percepção individual ocorre através dos órgãos dos sentidos. De acordo com Melazo (2005, p. 3),

Para termos as sensações, necessitamos de dos sentidos: visão, olfato, paladar, audição e tato. Eles permitem-nos formar ideias, imagens e compreender o mundo que nos rodeia, ou seja, a percepção apresenta-se como um processo ativo na mente juntamente com os sentidos.

O autor explica ainda que o processo perceptivo é motivado pelos valores éticos, morais, culturais, julgamento, experiências e expectativas daqueles que o percebem.

No contexto ambiental, a percepção exerce papel fundamental nos processos de apropriação e identificação dos espaços e do ambiente, conforme afirma Kuhnen (2011). Além do mais, tomar consciência do que há ao redor, permite que se perceba a sua própria inserção no espaço, o que facilita e promove um comportamento ecológico.

Kuhnen (2011, p. 254) afirma que “ao ser complementada com o termo ambiental, a percepção forma um conceito analítico composto por dois substantivos que representam uma maneira de compreender o comportamento humano.”

Sentir-se parte do meio em que se vive, desperta um sentimento de pertencimento em cada indivíduo, causando preocupação e necessidade de cuidados com o ambiente por parte do sujeito. A forma como uma pessoa vivencia os detalhes contidos ao seu redor, desperta também os aspectos psicossociais e culturais. Em tais aspectos, são evidenciados sentimentos de afeição, cognição, valores e a própria identidade cultural.

De acordo com Pato e Campos (2011, p. 174), “o modo como as pessoas experienciam os aspectos ambientais presentes em seu entorno, determina que não são importantes apenas os aspectos físicos, mas sim o conjunto de aspectos culturais, sociais e históricos.”

A educação e a percepção ambiental podem ser utilizadas como métodos para promover a defesa do meio natural, de forma a aproximar o homem e a natureza por meio da relação que existe entre ambos, já que a vivência em determinado local possivelmente desperta o respeito dos indivíduos pelo ambiente em que vivem.

Tuan (1982, p. 67) citado por Oliveira e Corona (2008, p. 65) afirma que “o nativo tem uma complexa e derivada percepção do meio por estar inserido nele, baseado em mitos e valores locais” enquanto um visitante perceberia principalmente a beleza da localidade. Os valores citados nessa fala direcionam a relação do homem com a natureza, servindo como uma forma de intervir positivamente no ambiente natural.

Estando em contato com o mundo, a percepção faz parte das atitudes estabelecidas por meio de experiências do dia a dia. “Considerando que em nossa existência como humanos incorporamos o princípio de sistema (totalidade integrada) e de recursividade (reorganização permanente), o ambiente é uma dimensão indissociável dessa unidade.” Kuhnen (2011, p. 260)

A autora esclarece que as pessoas são observadoras do que acontece ao seu redor, resultando em imagens construídas pela interação entre o observador e o ambiente. “Uma imagem ambiental faz parte de um quadro mental generalizado do mundo físico exterior que cada pessoa possui, a partir do qual ele interpreta as informações e orienta suas ações.” (LYNCH, 1999 apud KUHLEN, 2011, p. 261)

Estudar a percepção ambiental nos direciona aos valores que cada indivíduo carrega, incluindo os valores ecológicos que agregam aspectos afetivos, normativos

e motivacionais. “Os valores de uma pessoa funcionam como princípios para a ação, influenciando suas escolhas e decisões, motivando-as a satisfazer suas necessidades ou buscar aquilo que elas valorizam.” (PATO, 2011, p. 297)

Sendo assim, as ações voltadas às questões ambientais estão ligadas aos valores ecológicos pois os mesmos contribuem para o sentimento de pertencimento ao meio, à natureza, gerando a valorização da biota, conseqüentemente favorecendo a sustentabilidade.

Dessa forma, reconhecer o ambiente externo, criar uma imagem ou representação do ambiente em que está inserido provoca nos indivíduos a percepção do meio e qual a relevância do meio e seus elementos e a percepção ambiental contribui para a utilização racional dos recursos. Compreender como as pessoas pensam o ambiente é uma maneira de entender como as atitudes são tomadas por elas. Com base nesse contexto resolveu-se aplicar as discussões sobre a percepção ambiental neste estudo, que envolve os moradores da comunidade São João do Tupé, na RDS do Tupé, área rural do município de Manaus.

CAPÍTULO 2

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa é o passo essencial para a realização de um trabalho de conclusão de curso, é por meio dela que serão coletados os dados, com suporte da base teórica eles serão analisados, até se chegar aos resultados. “A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 155).

Este capítulo objetiva apresentar o *locus* da pesquisa e, em seguida, abordará os procedimentos metodológico trilhados para a realização deste trabalho.

2.1 LOCUS DA PESQUISA

O *locus* do estudo é a comunidade São João do Tupé e seus comunitários são os sujeitos da pesquisa, evidenciando a potencialidade turística da comunidade e relacionando-a com a percepção de turismo dos residentes. A comunidade *locus* do estudo está nos limites na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, e é uma das seis comunidades da Unidade de Conservação situada na área rural do município de Manaus.

Scudeller et al. (2005, p. XII) esclarece que,

Ao longo dos anos, buscando a proteção ambiental do lado do Tupé, o poder público instituiu alguns instrumentos legais, dentre eles, em 1995, a Lei Municipal nº 321, que criou a Unidade Ambiental do Tupé – UNA-Tupé – definindo-se também os limites territoriais dessa área, integrantes do sistema municipal de unidades de conservação.

Scudeller et al (2005) complementa que em 2002, pela lei Nº 671/02 e por atender o que é estabelecido na legislação referente ao SNUC, a UNA-Tupé foi reenquadrada como Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé (Figura 1) e em seguida, no ano de 2005, por meio do decreto Nº 8044 foi criada a Reserva de mesmo nome.

“A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé localiza-se na margem esquerda do rio Negro, a oeste de Manaus, distante aproximadamente 25km em linha reta do centro da cidade, a uma altitude média de 20m a.n.m.” (SCUDELLER et al. 2005, p. XII).

Figura 1. Limites e localização das comunidades existentes na RDS do Tupé e seu entorno.



Fonte: Biotupé (2005)

A Figura 1 mostra o limite territorial da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e as seis comunidades que se encontram inseridas nos seus limites, além de outras cinco localizadas em seu entorno.

O Plano de Gestão da RDS do Tupé, como é chamado o Plano de Manejo na gestão do município, é de extrema importância, pois limita e monitora o uso dos recursos existentes na localidade, de forma a contribuir positivamente no desenvolvimento e na prática de atividades turísticas. É importante preservar esse espaço porque ele dispõe de recursos naturais e culturais muito ricos, que contam a história dos comunitários e do próprio ambiente, fazendo com que o Plano se torne ainda mais relevante, por conter informações e normas que auxiliarão nessa preservação.

A gestão ambiental da área é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMMAS), regulamentando a área e instituindo as diretrizes necessárias para o funcionamento.

Ainda seguindo informações do Plano de Gestão da RDS do Tupé (2016, p. 22),

A mesma possui área total de 11.973ha e perímetro de 47.056m, com o objetivo básico de preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução, melhoria dos modos e qualidade de vida, exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente desenvolvidas por estas populações.

Sendo assim, a RDS do Tupé possui características significativas que a configuram como uma Unidade de Conservação, que necessita de preservação por parte da comunidade tradicional e dos visitantes.

De acordo com o Biotupé (2005, p. 18)

A comunidade São João do Tupé está localizada na margem esquerda do Rio Negro e Lago Tupé, limitada por praias, mata de igapó e terra firme. Suas residências estão à beira do lago ou agrupadas na pequena vila que está se estruturando nas proximidades da praia do Tupé.

As atividades econômicas das comunidades da RDS do Tupé incluem agricultura, extração de madeira, criação de pequenos animais, pesca, venda de alimentos, comércio, funcionalismo público e turismo. (NEVES, 2018). A comunidade São João do Tupé será apresentada no capítulo 3 deste trabalho.

2.2 TÉCNICAS, INSTRUMENTOS E MÉTODOS DE PESQUISA

A metodologia de um trabalho científico é uma etapa complexa e aponta o caminho que a pesquisa deverá percorrer para apresentar todos os seus instrumentos e técnicas, bem como atender aos seus objetivos. Como já apresentado anteriormente, o estudo foi realizado na Comunidade São João do Tupé, nos limites da Rede de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e conta com o apoio dos comunitários a partir de suas percepções.

2.2.1 Método de investigação

A presente pesquisa é de caráter exploratório, pois compreende as várias fases da construção de uma trajetória de investigação. É uma pesquisa possui a finalidade de proporcionar mais informações a respeito do assunto que está sendo estudado para que se possa aprofundar o conhecimento da realidade, conforme Prodanov (2013). É necessário produzir conhecimentos com informações qualificadas sobre a

comunidade São João, dessa forma, esta etapa irá possibilitar a familiarização da pesquisadora com o *locus*.

As fases de construção da trajetória de investigação, conforme afirma Deslandes (1994, p. 32) compreenderam:

- a) escolha do tópico de investigação; b) a delimitação do problema; c) a definição do objeto e dos objetivos; d) a construção do marco histórico conceitual; e) a escolha dos instrumentos de coleta de dados e; f) a exploração de campo.

Sendo assim, para se conseguir atingir os objetivos e atender as etapas d), e) e f) da pesquisa, utilizou-se do método qualitativo, pois considera-se que há uma relação entre a área de estudo e os comunitários, uma relação que não pode ser descrita em números, há uma análise qualitativa dos dados coletados durante as várias fases de realização da pesquisa, uma vez que,

“a abordagem qualitativa da pesquisa geralmente não se preocupa com números.” (VEAL, 2011, p. 76). Por se utilizar principalmente a percepção, bem como entrevistas informais e aprofundadas, registros fotográficos e observação não participante, esta abordagem é a mais adequada.

Como fio condutor deste trabalho foi utilizado o método dialético, que implicou na observação de duas ou mais pessoas entrevistadas discutirem a respeito de um assunto, que nesse caso envolveu o turismo e o lazer na UC, e estabeleceram argumentos fundamentados sobre o mesmo, mas com pontos de vista diferenciados, estabelecendo argumentos que os levaram a refletir sobre a situação posta. Nesse método a fala dos atores sociais foi situada no contexto para melhor ser compreendida, de acordo com Minayo (1994).

2.2.2 Procedimentos técnicos para a coleta de dados.

O presente trabalho foi realizado seguindo os seguintes passos: seleção de autores e estudos relacionados à pesquisa por meio de bibliografias e documentos; coleta de dados na comunidade *locus* da pesquisa; observação; entrevistas e, por fim, a análise dos dados, gerando uma discussão a respeito do assunto abordado. Para cada etapa do trabalho, foram utilizadas técnicas e instrumentos diversificados, conforme segue:

- Pesquisa bibliográfica e documental: foram coletadas informações a respeito do tema principal (turismo e lazer em áreas naturais) em livros, teses e monografias, documentos técnicos e outros para que se pudesse embasar a pesquisa.
- Pesquisas de campo: foram realizadas 04 visitas na comunidade São João do Tupé entre setembro de 2018 e novembro de 2019, além de 01 participação na reunião do conselho da Reserva. As técnicas para coleta de dados foram: observação, entrevistas não estruturadas na modalidade não dirigidas e registros fotográficos.
- Observação: foi observado o trajeto da cidade até a comunidade, a estrutura da comunidade, a relação entre os comunitários, os atrativos locais e as atividades de turismo realizadas, o que ajudou a identificar e obter dados sobre a pesquisa
- Entrevistas não estruturadas na modalidade não dirigidas: permitiu que o entrevistado se sentisse livre para expressar suas opiniões e sentimentos e o entrevistador o incentivasse a falar mais sobre o assunto, sem forçá-lo a responder Ander-Egg, 1978 apud MARCONI e LAKATOS, 2015.

Foram realizadas entrevistas com 10 moradores da comunidade São João do Tupé, considerados aqui sujeitos da pesquisa, que trabalham com turismo ou que de alguma forma já se envolveram com a atividade. Foram entrevistados moradores que trabalham com comércio, outros são funcionários públicos, a líder da comunidade e artesãos. Todos eles possuem contato com turismo, mesmo que indiretamente. Os sujeitos da pesquisa não terão seus nomes revelados, sendo assim, serão considerados entrevistados 1, 2 e assim por diante. O objetivo da entrevista foi entender como os comunitários se viam inseridos no meio em que vivem e qual a percepção deles a respeito do turismo na localidade, quais eram suas perspectivas, medos e expectativas. É importante esclarecer que:

1. Percepção: permitiu ao pesquisador perceber como os comunitários se sentiram ao falar sobre o assunto, o que tornou a análise das respostas mais aprofundadas.
2. Registros fotográficos: além da observação direta dos atrativos turísticos e das atividades de lazer que podem ser realizadas dentro da comunidade, foram feitos registros fotográficos dos locais em que os comunitários

consideraram como atração/atrativos dentro da localidade. Para deixar registrada cada entrevista, contou-se com a utilização de um gravador de celular do iPhone 8, o qual gravou as entrevistas realizadas que duraram em média 20 minutos.

CAPÍTULO 3

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo é composto por 4 partes principais, sendo elas: 1) apresentação da infraestrutura da comunidade; 2) os atrativos turísticos identificados a partir da visão dos comunitários; 3) o pensamento da comunidade sobre os desafios e as perspectivas do turismo e do lazer e; 4) percepção dos benefícios de um turismo sustentável para a comunidade a partir da pesquisa de campo.

3.1 A COMUNIDADE SÃO JOÃO DO TUPÉ

A comunidade São João do Tupé (Figura 2) é uma das seis comunidades que integra a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé e está localizada na margem esquerda do rio Negro, na zona rural do município de Manaus.

Figura 2. Comunidade São João do Tupé.



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

O acesso à comunidade é somente por meio fluvial, sendo necessário navegar pelo rio Negro durante aproximadamente 30 minutos em uma lancha, partindo da Marina do Davi (Figura 3) localizado na Ponta Negra, zona oeste de Manaus.

Figura 3. Marina do Davi



Fonte: Pesquisa de campo (2019)

As lanchas da Associação dos Canoeiros da Marina do Davi e Fátima (ACAMDAF) fazem o transporte de passageiros durante a semana custando cerca de R\$ 15 reais, e há também os comunitários que trabalham com o transporte de passageiros. Para utilizar este último é necessário entrar em contato com a pessoa responsável e marcar a data e hora, o valor do frete custa cerca de R\$ 180 reais.

Existem desafios na questão do transporte durante o período de seca do rio, entre os meses de agosto e janeiro, fazendo com que haja uma caminhada de aproximadamente 15 minutos, quando a lancha deixa os passageiros na praia até se chegar à comunidade. Essa dificuldade no período da seca é considerada, de acordo com os comunitários, um dos fatores que influencia na demanda de visitantes na localidade.

A comunidade São João possui como unidade gestora a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade, realizando atividades de turismo em pequena escala, incluindo atividades de lazer e visitação das famílias que ali residem.

Há uma diversidade de formas de ocupação do território da comunidade, que conta com a presença da população tradicional que faz o uso coletivo da área. De acordo com o Neves (2018), há 208 moradores e grupos indígenas. Tais grupos indígenas se autodenominam como núcleo Diakuru e a aldeia Tuyuka.

Com relação à estrutura, a comunidade possui uma escola municipal (Figura 4), um posto de saúde (Figura 5), uma academia ao ar livre (Figura 6), um campo de futebol, igrejas e uma área destinada para encontros e reuniões dos comunitários e/ou visitantes (Figura 7).

Figura 4. Escola Municipal



Fonte: Pesquisa de campo. (2019)

Figura 5. Posto de Saúde.



Fonte: Pesquisa de campo. (2019)

Figura 6. Academia ao ar livre.



Fonte: Pesquisa de campo. (2019)

Figura 7. Área para reuniões.



Fonte: Pesquisa de campo. (2019)

As estruturas atendem às necessidades básicas da população tradicional. A comunidade também dispõe de armazinhos e pequenos mercadinhos que fornecem produtos para as pessoas que ali residem. Além dos já citados, existe uma estrutura voltada para a realização da atividade turística que conta com meios de hospedagem e pequenos restaurantes (Figura 8).

Figura 8. Restaurante e Pousada.



Fonte: Pesquisa de campo. (2019)

Por meio das entrevistas, foi possível coletar informações a respeito das atividades econômicas que geram renda para a comunidade. De acordo com os entrevistados, as fontes de renda são variadas, existe um número pequeno de pessoas que trabalham com o turismo, outras possuem comércio, há aqueles que recebem auxílio governamental por meio de bolsas e, por fim existem os funcionários públicos. Além dessas atividades, existem comunitários que trabalham com o artesanato, que também é fonte de renda quando há visitantes na localidade.

Percebeu-se, diante das respostas obtidas, que não há muitas alternativas de renda para os moradores. Os entrevistados afirmam que o turismo, quando está em alta, auxilia de forma significativa, gerando renda e até mesmo promovendo a imagem da localidade.

O entrevistado 1 relata que “o meu sonho seria criar um clube de mães, pois no São João existem muitos homens e mulheres que trabalham com o artesanato. Uns pintam, outros bordam, trabalham com tapetes e madeira.” Diante disso, percebe-se que o artesanato é uma técnica que os moradores dominam, porém o baixo fluxo de visitantes, conseqüentemente de consumidores, desmotiva os comunitários a investirem seu tempo na realização dessa atividade.

3.2 ATRATIVOS TURÍSTICOS IDENTIFICADOS A PARTIR DA VISÃO DOS COMUNITÁRIOS

Nesta etapa da pesquisa, foram realizadas duas perguntas principais para os moradores participantes da pesquisa: “Qual o principal atrativo da comunidade? Quais atrativos e atividades deveriam ser mais valorizados e contemplados?” Com as respostas, foi possível identificar quais os atrativos mais explorados na atividade turística.

A partir da visão dos comunitários, pode-se identificar como atrativos a praia do Tupé (Figura 9), que possui barracões de madeira atendendo à visitação e quando a unidade passou para gestão da SEMMAS, essas construções passaram por reformas (Figura 10), melhorando a estrutura das mesmas; e o artesanato (Figura 11), que está diretamente ligado à cultura local e os moradores utilizam de recursos para produzir ornamentos referentes a sua cultura.

Figura 9. Praia do Tupé.



Fonte: Pesquisa de campo. (2019)

Figura 10. Barracas reformadas pela SEMMAS.



Fonte: Pesquisa de campo. (2019)

Figura 11. Artesanato.



Fonte: Pesquisa de campo. (2019)

Na praia do Tupé é expressivo o número de pessoas que a usufruem como forma de lazer, no tempo livre, além disso os comunitários consideram que atividades de lazer são bastante presentes na comunidade, pois há a possibilidade de jogar bola ou ir até a praia. O fato de este último atrativo estar um pouco distante da comunidade, faz com que esses visitantes não consigam chegar até a mesma, ou não tenham conhecimento da existência de populações tradicionais próximas dali.

O artesanato é um atrativo, considerado pela comunidade, como um dos marcos da identidade local. Baseado nas pesquisas, existem muitos materiais encontrados na floresta, que poderiam ser utilizados para a confecção de produtos sem a necessidade de impactar a natureza, como a derrubada ou queimada, apenas fazendo a coleta, por exemplo, de sementes e fibras.

É interessante registrar também, que o aspecto cultural foi bastante valorizado pelos moradores, a maioria afirmou que o modo de vida da população tradicional também é uma forma de atrair os turistas, pois a maneira que esse estilo de vivência funciona é diferenciado de qualquer outro.

Um dos entrevistados, relatou que pelo fato de morar no interior, no “meio do mato”, algumas pessoas da cidade grande já pediram para que ele colocasse antena de sinal de internet e telefone, e o mesmo respondeu que não, pois o que torna singular a experiência da visita em comunidades tradicionais é o fato de que o visitante estará desconectado do mundo em que já está acostumado e, conseqüentemente, conectado com o ambiente, com a natureza.

Foi identificada a presença de grupos indígenas na comunidade, que são o grupo Diakuru e a aldeia Tuyuka, que também trabalham com a atividade turística. Conforme afirmam os moradores, atualmente os grupos trabalham com o turismo por

meio das apresentações culturais como as danças e a realização de trilhas. Além disso, eles trabalham com pinturas corporais, as vestimentas e cocares selecionados para as apresentações.

O grupo indígena, de acordo com o entrevistado 2, disponibilizou-se a trabalhar em conjunto com a comunidade para a realização das atividades, porém, os moradores não abraçaram a causa, os mesmos mostraram-se desinteressados em participar do processo de planejamento desse produto, que seria considerado mais um atrativo para a localidade.

Outro atrativo identificado foi a presença de uma trilha (Figura 12), que conforme afirma uma moradora, começa na comunidade e vai até uma cachoeira, localizada próximo ao lago do Tupé.

Figura 12. Trilha da Comunidade São João do Tupé.



Fonte: Pesquisa de campo. (2019)

Durante a pesquisa de campo, houve a necessidade de identificar onde se situava o início da trilha e por meio de observações e relatos dos moradores, percebeu-se que a trilha precisa de manutenção, pois a mesma se confunde com a floresta.

Diante do exposto, é correto afirmar que os rios, a vegetação, as variadas espécies de animais, as trilhas, isto é, a localidade de forma geral, é um atrativo, é um lugar diferenciado por possuir aspectos físicos e culturais que representam e estão inseridos no modo de vida das populações tradicionais.

3.3 PENSAMENTO DA COMUNIDADE SOBRE OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS DO TURISMO E DO LAZER

Com base nas pesquisas de campo, pode-se identificar o pensamento dos comunitários a respeito dos desafios e perspectivas que a atividade do turismo e lazer despertam em cada um deles. Para analisar as informações, foram consideradas as observações do pesquisador e, principalmente, as contribuições dos moradores da localidade.

As entrevistas foram realizadas com 10 moradores que residem entre 10 e 30 anos no São João do Tupé. Todos os selecionados interagem de alguma forma com as atividades de turismo e lazer da comunidade.

É interessante entender como o turismo é percebido pelos comunitários. Um dos entrevistados relata que “morar na comunidade, faz com que automaticamente o morador tenha uma espécie de contato com o turismo, mesmo que indiretamente, pois os visitantes, além de conhecerem os aspectos físicos, procuram experienciar a cultura local.”

Por mais que a demanda seja oscilante e o fluxo de pessoas tenha diminuído, os entrevistados consideram que a atividade turística é uma boa fonte de renda e auxilia os moradores, porém é pouco estimulada pelos próprios comunitários.

Um dos entrevistados afirma que, “não é considerado que a comunidade sobreviva de turismo, o mesmo é uma das opções para gerar fonte de renda, ele faz parte do modelo econômico que a área possui.” Existem comunitários que trabalham diretamente com a atividade turística, como no caso daqueles que possuem meios de hospedagem, restaurantes, são guias na comunidade; e os que se envolvem diretamente - os permissionários que trabalham na praia, os que produzem artesanato, entre outros.

A comunidade possui forte potencial para promover a atividade turística, existem diversas formas de explorar os recursos que a mesma tem a oferecer. É viável a prática de canoagem no rio; utilização das trilhas; atividades de lazer na praia; acompanhar o estilo de vida das populações tradicionais é uma experiência diferenciada; e acompanhar o processo de produção dos artesanatos locais, é uma forma de representar e conhecer a identidade local.

A observação a respeito do artesanato representar a cultura local está em conformidade com o que afirma Sousa, Melo e Brito (2014) pois o artesanato é pensado como patrimônio cultural de determinada região, carregando um diferencial que auxilia na promoção do desenvolvimento do turismo cultural.

Portanto, segundo Ricci e Ana (2009), compreende-se que é possível utilizar o turismo como uma forma de realização do desenvolvimento sustentável para uma localidade, o mesmo agirá como ferramenta de promoção do crescimento de pequenos negócios, como por exemplo, a produção artesanal.

Há uma estrutura que os entrevistados chamam de chapéu de palha na comunidade (Figura 13), onde alguns moradores produziam e vendiam seus artesanatos quando havia demanda. Nesse espaço, era ensinado o processo de produção e era possível receber os turistas.

Figura 13. Chapéu de palha.



Fonte: Pesquisa de campo. (2019)

Além de gerar renda para a comunidade, o turismo também é considerado uma atividade que acarreta impactos negativos, se não for administrado de maneira adequada. Sendo assim, de acordo com o que explica o entrevistado 3, “os residentes acreditam que deveria ser melhor planejado por parte do poder público por ser uma localidade situada em uma unidade de conservação.”

Ricci e Ana (2009) explicam que esse planejamento deve contabilizar todas as possíveis formas de impactos, prevendo, se possível, o seu alcance e consequências, elaborando programas que minimizem os efeitos negativos.

Os comunitários compreendem a necessidades de programas de tal cunho, o entrevistado 4 complementa que “uma das maneiras de diminuir os impactos negativos seria implantar projetos de sustentabilidade voltados para o turismo.”

De acordo com a pesquisa, é perceptível a quantidade de resíduos, tanto acumulados em determinados locais quanto espalhados na comunidade. Os resíduos sólidos são produzidos pelos moradores, mas uma parte é trazida pela correnteza do rio. Tanto na vazante quanto na cheia dos rios, o acúmulo de lixo é um problema.

Não foi identificado durante a pesquisa como acontece a manutenção do local. O entrevistado 5 afirma que “a manutenção e cuidados com a área deve acontecer por meio da parceria entre os moradores e a unidade gestora, contudo essa ação em parceria não é percebida pelos comunitários. Além disso, existem aqueles visitantes que usufruem a praia e não recolhem os resíduos produzidos.”

Um entrevistado afirma que “a minimização dos impactos causados pelo turismo acontece quando há planejamento de tal atividade, porém, na área onde vivemos não se vive muito do turismo por não haver tanta demanda, conseqüentemente percebe-se o abandono. Esse ‘abandono’ é caracterizado principalmente por conta dos resíduos despejados nos rios e na área.”

Parte dos entrevistados afirmaram que os moradores possuem consciência ambiental e sempre que possível estão recolhendo os resíduos que estão espalhados pela comunidade, e a outra parte afirma que, infelizmente, não há tanta preocupação com a área, não há comportamentos ecológicos vindo de alguns moradores.

De acordo com um dos participantes da pesquisa “além de gerar fonte de renda, o turismo realizado na unidade de conservação que se encontra a comunidade, tem a capacidade de promover educação ambiental tanto para os moradores, quanto para os visitantes.”

Um dos entrevistados afirma que “a comunidade se perceber como parte do meio é fundamental para que se haja a compreensão da importância da educação ambiental.” O sentimento de pertencimento desperta nas pessoas o anseio em cuidar do que lhes pertence.

A colocação feita pelo comunitário entra em concordância com o que afirma Elali e Medeiros (2011) ao se ressaltar que o sentimento da comunidade é despertado no momento em que o indivíduo se percebe como pertencente aquele lugar ou a um determinado grupo de pessoas, entendendo que há uma relação entre ambos.

Ao relacionar os obstáculos para o desenvolvimento do turismo, foram citados problemas como locomoção da cidade até a comunidade, principalmente durante o período de seca, quando o acesso se torna precário; a falta de divulgação da localidade, que por ser um dos atrativos do município de Manaus, poderia ganhar

maior visibilidade, o que ajudaria na promoção dos atrativos locais e; a estrutura da localidade, pois a mesma precisa de estruturas básicas para atender o visitante.

A época da vazante do rio, também conhecida como seca, é o período em que a comunidade fica em uma situação crítica, pois dificulta o acesso de visitantes e a própria locomoção dos comunitários até a cidade. Afeta, principalmente, os residentes que trabalham com o comércio, fazendo com que os taberneiros, como são conhecidos, carreguem suas mercadorias por um longo caminho caracterizado pela forte presença de lama.

De acordo com um dos entrevistados,

outro obstáculo notável que contribuiu para a redução da demanda de visitantes foi a construção da Ponte Rio Negro, que facilitou o acesso do visitante às inúmeras opções de lazer que existem do outro lado do rio. Além disso, a redução do fluxo na praia do Tupé gerou, conseqüentemente, a diminuição considerável do fluxo turístico na comunidade.

Além dos problemas citados, o que dificulta o acesso à comunidade é o alto valor das visitas. “Visitar o São João do Tupé naqueles barcos é muito caro para uma família. Já se chegou a atender pessoas que diziam precisar economizar para realizar um passeio na comunidade”, conforme afirma o entrevistado 6.

Diante disso, os fatores que dificultam o turismo na comunidade são, principalmente, o acesso, a segurança, a infraestrutura. De acordo com a percepção de alguns, a tecnologia, a divulgação, e o não seguimento das políticas estabelecidas para o uso público na unidade também são fatores a serem considerados.

A comunidade possui um grande potencial para promover o turismo, porém a falta de envolvimento dos moradores e de organização para tal contribuem fortemente para o não desenvolvimento da atividade.

Em vista disso, a movimentação do turismo pode contribuir para o desenvolvimento da comunidade por meio da geração de renda, evitando que as famílias se desloquem do seu local para tentar a vida na cidade. Quando a praia recebia um número maior de visitantes, a comunidade vivia em função da praia, ela gerava renda para muitos moradores.

A atividade turística seria um dos melhores modelos econômicos para ajudar no desenvolvimento da comunidade São João do Tupé se fosse melhor explorada e planejada, incluindo ainda a produção do artesanato, que enriqueceria a experiência gerada pela visita.

Logo, o turismo não é vivido profundamente, possui-se um turismo casual, trabalhado somente nos períodos de alta procura, deixando-o como segunda opção.

3.4 MATRIZ SWOT: perspectivas e desafios

Por meio da pesquisa de campo, foi possível identificar quais as perspectivas e desafios para realização da atividade de turismo e lazer na comunidade São João do Tupé. Para esta análise, foi utilizada uma matriz SWOT que aponta as forças e fraquezas analisadas a partir do ambiente interno, e pontua as oportunidades e ameaças identificadas por meio da análise do ambiente externo.



Como forças foram considerados os recursos naturais existentes na comunidade como o rio, a praia, a trilha, a flora; o artesanato que é também um importante recurso utilizado na atividade turística por ser considerado um patrimônio cultural; a valorização da identidade cultural que vem dos comunitários, pois os mesmos reconhecem que possuem um estilo de vida diferenciado capaz de motivar a visitação; a comunidade possui infraestrutura básica para receber turistas: os meios de hospedagens, restaurantes, um pequeno posto de saúde, comércio e uma área de reuniões.

As fraquezas identificadas são encontradas principalmente na falta de divulgação da comunidade; na falta de planejamento comunitário para o turismo, pois

é necessário maior união por parte dos moradores para melhor organizar as atividades na comunidade; e não há sinalização turística.

Considerando a análise externa, foram observadas como oportunidades a produção do artesanato; o modo de vida dos comunitários que é considerado um atrativo a ser potencializado e; promoção da educação ambiental, tanto dos comunitários quanto dos visitantes.

As ameaças listadas dizem respeito à poluição do rio e da praia da comunidade; o alto custo para visitação, pois o frete das lanchas   considerado caro; período de seca que dificulta ainda mais o acesso   comunidade e a falta de investimento do poder público para que se possa melhorar a infraestrutura local.

Fazendo a correla o dos fatores da matriz,   possível determinar como cada um deles pode influenciar o desenvolvimento do outro.

- Forças x oportunidades: a comunidade possui potencial para atividade turística, tanto que a mesma   realizada de forma incipiente e gera renda para os residentes. No entanto,   preciso dar aten o ao que a localidade tem para oferecer, como o artesanato, por exemplo, que seria um ótimo recurso para enriquecer a comunidade como atrativo, e até mesmo o estilo de vida dos comunitários, que desperta interesse em muitas pessoas.
- Forças x ameaças: por meio da matriz SWOT   possível perceber que a comunidade possui mais forças do que ameaças. As ameaças podem ser minimizadas se os aspectos identificados como fortes forem melhor planejados. Cada um dos citados possui uma singularidade que somaria bastante na constru o de um possível roteiro turístico para a comunidade.
- Fraquezas x oportunidades: a falta de divulga o da comunidade faz com que a motiva o dos artesãos em produzir diminua, sem contar que diminui a visibilidade dos mesmos. O planejamento por parte dos comunitários   imprescindível, pois eles conhecem a realidade do local e sabem onde precisa ser trabalhado com mais intensidade, como por exemplo, na questão ambiental, utilizar o turismo como instrumento de conserva o ambiental pode ser uma boa estratégia.
- Fraquezas + ameaças: uma maior divulga o da reserva poderia aumentar a visibilidade da mesma, porém, como não há essa divulga o, possivelmente o poder público não “enxergue” a necessidade de investir na melhoria da infraestrutura, como por exemplo, melhoria das trilhas, melhoria no acesso,

inserção de sinalização turística, entre outros. A falta de planejamento comunitário faz com que a poluição seja atenuada.

3.5 BENEFÍCIOS DE UM TURISMO SUSTENTÁVEL PARA A COMUNIDADE

O segmento turístico é um dos maiores do mundo em termos de impacto social e movimentação econômica. O turismo está relacionado com a possibilidade de inclusão social, desenvolvimento de ações para minimizar seus impactos negativos e maximizar os positivos, implementação de políticas públicas, entre outros. (PANOSSO NETTO, 2017)

Sendo assim, diante dos resultados e análises obtidos por meio da pesquisa de campo, pode-se afirmar que a implantação de um turismo sustentável seria uma das formas de fazer com que a localidade crescesse de maneira adequada. De acordo com OMT (2003) apud Korossy (2008, p. 63),

o turismo sustentável é aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.

Logo, a finalidade de um planejamento turístico sustentável baseia-se no ordenamento das ações humanas sobre o ambiente em que atuam, buscando a utilização de equipamentos que minimizem os impactos negativos nos recursos e que potencializem os atrativos que a localidade já possui.

Tal planejamento promove uma relação estável entre os recursos físicos, culturais e sociais para a localidade, sendo essencial para o desenvolvimento de um turismo apropriado. Um instrumento que pode ser usado no planejamento é o Plano de Gestão da reserva, que contém as informações necessárias a respeito do território.

Outro benefício que o turismo sustentável promove é a questão da educação ambiental adquirida por meio da vivência dos comunitários. A relação estabelecida entre o meio e o homem gerou o sentimento de pertencimento nos residentes, tornando-os parte da identidade local. Além disso, os mesmos têm consciência de que o território em que vivem trata-se de uma unidade de conservação que é regida por políticas públicas.

A consciência de que vivem em uma UC e o sentimento de pertencimento ajuda a definir quais atitudes serão tomadas por parte dos moradores locais. Carvalho, Cavalcante e Nóbrega (2011) explicam que o homem, seja ele um agente que cuida ou um agente que ameaça, é colocado em uma situação em que pode escolher qual será a decisão em relação ao meio, isto é, ele escolhe sua ação.

Então, o turismo sustentável com apoio da educação ambiental, atrelados à percepção que os indivíduos possuem, são instrumentos de conservação ambiental. Em vista disso, as atitudes tomadas pelos residentes em relação ao ambiente servirão como exemplo para os próprios visitantes, além de que o turismo sustentável, se colocado em prática de forma adequada, estimulará ações sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade São João do Tupé possui grande potencialidade para atrair visitantes de várias localidades, pois é rica em cultura, paisagens únicas e seus comunitários possuem um estilo de vida diferenciado que enriquece a experiência do visitante.

Com as pesquisas de campo realizadas pode-se perceber que os comunitários reconhecem a potencialidade dos recursos da área e entendem a importância de preservá-los. Os mesmos sabem quais os pontos negativos e positivos que a atividade turística pode causar e entendem quais atitudes devem ser tomadas para que os impactos negativos sejam minimizados.

Relacionado aos atrativos da comunidade, os entrevistados citaram como principais a praia do Tupé, o artesanato, a trilha, a cultura, a paisagem, ou seja, o patrimônio natural e cultural existente na área.

Como atrativos culturais são evidenciados o estilo de vida dos comunitários considerado uma forma de atrair visitantes, e o artesanato que representa a identidade local.

A maneira como as atividades são planejadas na comunidade influencia fortemente no desenvolvimento da localidade, e com o turismo não é diferente. É preciso que haja organização e planejamento por parte dos comunitários e da unidade gestora, que são os agentes principais nesse processo de desenvolvimento.

A percepção ambiental é fundamental para despertar um comportamento ecológico por parte dos residentes. O comportamento acontece quando o indivíduo se sente parte do meio e esse sentimento é adquirido através das experiências, e o afeto gerado com essa vivência possibilita a compreensão do valor dos recursos.

A partir das visitas de campo realizadas foi levado em consideração todas as opiniões, registros fotográficos, entrevistas e gravações e é evidente que os comunitários têm interesse de potencializar a atividade turística na comunidade São João do Tupé. Eles acreditam fortemente que, se bem planejado, o turismo pode gerar desenvolvimento para a localidade.

O planejamento acontece quando todos os envolvidos se comprometem em executar corretamente todas as atividades e tomam atitudes que minimizem os impactos negativos e potencializem os positivos. Atitudes corretas podem beneficiar a localidade, os moradores, bem como despertar no visitante a percepção do ambiente, tornando o turismo uma ferramenta para a conservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BENI, Mário Carlos. **Fundamentos da Teoria de Sistemas Aplicados ao Turismo**. São Paulo: editora: Senac, 2000.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: Outubro de 2019.

BRASIL. **Lei Federal Nº 11.771 de 17 de Setembro de 2008**. Dispõe sobre a política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm>. Acesso em: Outubro de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, cap. II, art. 6º**. Dos princípios fundamentais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: Setembro de 2019.

CARVALHO, M. I. C. de; CAVALCANTE, S.; NÓBREGA, L. M. A. **Ambiente**. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A (org.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

COSTA, Patrícia Cortês. **Unidades de Conservação – Matéria prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

DESLANDES, Suely Ferreira. **A construção do projeto de pesquisa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DIAS, Lucas Seolin; MARQUES, Maurício Dias. **Meio Ambiente e a Importância dos Princípios Ambientais**. Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 7, n. 5, 2011.

DRUMMOND, José Augusto; FRANCO, José L. A.; OLIVEIRA, Daniela de. **Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil**. Conservação da Biodiversidade: Legislação e Políticas Públicas. Brasília: Editora Câmara, 2010.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: perspectiva, 1973.

ELALI, G. A. & MEDEIROS, S. T. F. Apego ao Lugar. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A (org.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FERNANDES, Roosevelt S. et al. **Uso da percepção ambiental como instrumento de gestão em aplicações ligadas às áreas educacional, social.** Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2004.

JACOBI, Pedro. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade** - Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003 Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 189-205, março/ 2003.

KOROSSY, Nathália. **Do turismo predatório ao turismo sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística.** v. 8, n. 2 (2008) caderno virtual de turismo p. 56-68

KUHNEN, Ariane. **Desenvolvimento Sustentável & Percepção Ambiental.** In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A (org.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. **Uso público em unidades de conservação.** In: Congresso de Direito Ambiental da PUC-RIO. 2010.

LOHMAN, Guilherme; PANOSSO NETTO, Alexandre. **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas.** São Paulo: Aleph 2008.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e educação.** 2a. ed. Campinas. Papirus, 1995.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. Ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARIN, Andreia Aparecida. **Pesquisa em educação ambiental e percepção Ambiental.** vol. 3, n. 1 – pp. 203-222, 2008.

MELAZO, Guilherme Coelho. **Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano.** Olhares e Trilhas. Uberlândia, ano VI, n 6. p. 45-51, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO do Meio Ambiente. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC.** Disponível em: < <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/sistema-nacional-de-ucs-snuc.html>>. Acesso em: Setembro de 2019.

NEVES, Ruth M. S. **Análise da gestão do uso público: turismo e lazer em duas unidades de conservação do mosaico de áreas protegidas do baixo rio Negro/AM.** INPA (2018).

OLIVEIRA, C. A.F.; BLOS, W.S. **Ecoturismo: desenvolvimento, comunidades tradicionais e participação.** Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p.137-151, ago. 2012.

OLIVEIRA, Kleber Andolfato de; CORONA, Maria Pagliosa. **A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais.** Revista Científica ANAP Brasil, v. 1, n. 1, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

PATO, C. M. L. **Valores Ecológicos**. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A (org.). **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PATO, C. M. L.; CAMPOS, C. B. **Comportamento Ecológico**. In: CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A (org.) **Temas Básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

PLANO DE GESTÃO. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Tupé, volume I – diagnóstico**. Manaus, 2016.

PANOSSO NETTO, Alexandre. **O que é turismo**. Brasiliense, 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

RICCI, Fábio; ANA, Rosangela Sant'. **Desenvolvimento turístico sustentável: o artesanato local como alternativa na cidade de Santo Antônio do Pinhal**. Revista de Cultura e Turismo, SP. CULTUR, ano 03 – n. 01 – jan/2009. p. 1 – 19

SCUDELLER, V. V.; SILVA, E. N. S.; APRILE, F. M. & MELO, S. (org.). 2005. **BIOTUPÉ. Meio físico, diversidade biológica e sociocultural do baixo Rio Negro, Amazônia Central**. Manaus. Instituto de Pesquisas Amazônicas_ INPA (Ed.). 246 p.

SIMONETTI, Susy Rodrigues; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Uso público em unidades de conservação: fragilidades e oportunidades para o turismo na utilização dos serviços ecossistêmicos**. Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos, [S.l.], v. 12, n. 1, p. p. 173-190, ago. 2013. ISSN 2316-4123.

SOUSA, Bruna Rodrigues; MELO, Rodrigo de Sousa; BRITO, Adriana Santos. **Produção artesanal associada ao turismo em Ilha Grande de Santa Isabel (Parnaíba-Piauí-Brasil)**. Vol 7, Nº 16 (junio/junho 2014).

SOUZA, Lorena S. **O TURISMO E A PRODUÇÃO ASSOCIADA NA COMUNIDADE DO JULIÃO - RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TUPÉ (MANAUS-AM)**. (2019)



SOUZA, Tatiana Roberta de. **Lazer e turismo: reflexões sobre suas interfaces**. 2010.

VEAL, A. J. **Metodologia de pesquisa em lazer e turismo**. Tradução Gleice Guerra, Mariana Aldrigui. São Paulo: Aleph, 2011.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas – populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

ANEXOS

Autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

 		PREFEITURA DE MANAUS	
PROGRAMA DE CONHECIMENTO			
TERMO DE COMPROMISSO E AUTORIZAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DE PESQUISA Nº06/2019 – SEMMAS			
1. DADOS DO REQUERENTE			
Discente responsável: Adriane Francelle da Silva Martins		Cidade: Manaus	
CPF: 026.886.272-95	RG: 2874766-6	E-mail: afdsm.tur16@uea.edu.br	
DDD/Telefone: (92) 98146-6515		Instituição: UEA	
Orientadora responsável: Susy Rodrigues Simonetti		E-mail: ssimonetti@uea.edu.br	
Curso: Turismo	Contato: 3878-4415 / 99983-8803	E-mail: ssimonetti@uea.edu.br	
Endereço: Av. Presid. Castelo Branco, 30, bl 06, Cachoeirinha. CEP: 690605-000.			
2. DADOS DA SECRETARIA			
Nome: Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMMAS		Fone: (92) 3236-6070	
Sector Responsável: Departamento de Áreas Protegidas - DEAPR		Fone: (92) 3236-7420	
3. DESCRIÇÃO DA PESQUISA			
ÍTULO: O TURISMO E O LAZER COMO INSTRUMENTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA COMUNIDADE SÃO JOÃO DO TUPÉ (AM)			
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO: Caracterizar as atividades de turismo e lazer da comunidade São João do Tupé por meio da percepção dos comunitários: <ul style="list-style-type: none"> • Identificar os atrativos na comunidade a partir da visão dos comunitários; • Diagnosticar o pensamento da comunidade sobre os desafios e as perspectivas do turismo e do lazer; • Fortalecer os roteiros turísticos que valorizem o produto da localidade; • Evidenciar os benefícios de um turismo sustentável para a comunidade a partir da literatura. 			
Versão 2.0 1			

PERGUNTAS PARA ENTREVISTA

- 1) O que o turismo significa para você?
Ex: Fonte de renda; impactos negativos para a comunidade; divulgação da comunidade.
- 2) Você acredita que a comunidade São João tem potencial turístico para atrair mais visitantes?
- 3) Qual o principal atrativo da comunidade?
- 4) Como imagina que a visitação pode contribuir para o desenvolvimento da comunidade?
- 5) Qual a sua opinião sobre o turismo?
- 6) Na sua opinião, quais os pontos positivos e negativos da realização da atividade turística/lazer na comunidade?
- 7) Na sua opinião, quais as ameaças que o turismo pode trazer para as áreas protegidas desta região? Caso seja negativo, como isso pode se reverter?
- 8) Pensando no potencial turístico da comunidade, quais atrativos e atividades deveriam ser mais valorizados e contemplados?
- 9) Na sua opinião, quais fatores dificultam o desenvolvimento do turismo na região:
 - Financeiros;
 - Segurança;
 - Legislação;
 - Tecnologia;
 - Infraestrutura;
 - Divulgação;
 - Outros.
- 10) Em sua concepção, qual o melhor modelo econômico para a comunidade São João se desenvolver:
 - Comércio
 - Artesanato;
 - Turismo.